

# Reflexões sobre a penhora *on line*

Nazareno César Moreira Reis\*

## 1. Execução por quantia certa e penhora de dinheiro

A execução por quantia certa visa a expropriar bens do devedor a fim de satisfazer, em dinheiro, o direito do credor consagrado em título executivo (art. 646 do CPC). Precede à desapropriação, naturalmente, a identificação, a apreensão e a avaliação dos bens que serão objeto da alienação — afinal, só se pode alienar aquilo a respeito de que se conhecem a identidade, o valor e o local em que se encontra.

Quando a *penhora*, ou seja, a *apreensão de bens*, recai sobre dinheiro pertencente ao devedor, simplifica-se sobremaneira a execução por quantia certa, pois se tornam logicamente desnecessárias as fases de avaliação e de alienação dos bens — que visariam a convertê-los em valor monetário, coisa que o dinheiro já tem em si mesmo. Sucede que para que essa penhora ocorra, admitindo-se que não tenha sido o devedor a oferecer a moeda à constrição judicial, é necessário que previamente se tenham identificado a existência e o paradeiro do numerário.

### 1.1. A ocultabilidade do dinheiro

Ora, dada a portabilidade de que desfruta o dinheiro, nunca foi difícil entender o porquê da raridade que sempre representou, na prática executiva, a penhora de moeda sem a iniciativa do executado. Parece intuitivo que o executado, por sua própria condição de devedor inadimplente, geralmente não apresente situação de liquidez manifesta, pois ou realmente não tem dinheiro, ou se o tem será tentado a ocultá-lo, quer dizer, não tomará iniciativa alguma no sentido de oferecer a moeda de que tenha a propriedade para saldar o débito em execução. Acresce que, a despeito de figurar em primeiro lugar na ordem dos bens penhoráveis (CPC, art. 655, I), o dinheiro em espécie é extremamente apto à ocultação, e isso terá facilitado, ao longo do tempo, sua subtração às medidas execu-

tivas, a ponto de se ter dito já que o dinheiro era um autêntico Santo Graal na execução<sup>1</sup>.

## 2. Informatização e transparência da vida financeira

Mas essa aptidão do dinheiro para esconder-se tem sido perdida à proporção que o sistema financeiro oficial absorve o fluxo de capitais e as operações econômicas em geral, tornando cada vez mais raras, e até suspeitas, as transações com moeda sonante acima de determinado valor. Em recente pesquisa feita pelo Instituto Datafolha, a pedido do Banco Central, foi detectado que a maioria dos brasileiros ainda prefere o dinheiro em espécie nas suas transações, especialmente no recebimento de salário e pagamento de contas. Pelos dados obtidos, 55% da população brasileira recebe seu salário em espécie. Esse percentual sobe para 70% na região nordeste. No pagamento de dívidas e nas compras é também o dinheiro o principal meio utilizado. Entre os entrevistados, 77% declararam usar o dinheiro nessas transações. O dinheiro em espécie é mais usado para o pagamento de compras de baixo valor, tais como os gastos em padarias e mercadinhos. Porém, à medida que o gasto vai ficando mais elevado, como na compra de eletrodomésticos ou roupas e calçados, diminui o percentual da população que usa o dinheiro como forma de pagamento. A pesquisa sobre “O Brasileiro e sua Relação com o Dinheiro” foi realizada em outubro de 2007 — ver: [http://www.bcb.gov.br/htms/mecir/Apresentacao\\_Bacen\\_DataFolha\\_resumo2007.pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/mecir/Apresentacao_Bacen_DataFolha_resumo2007.pdf).

Sendo certo que os recursos que circulam pelas instituições financeiras, mercê da tecnologia, são hoje plenamente suscetíveis de rastreamento, é exato também que a penhora de dinheiro saiu do patamar de impraticabilidade para vir a tornar-se, atualmente, a medida executiva de menor esforço e de máxima

<sup>1</sup> MACEDO, Elaine Harzheim. “Penhora *on line*: uma nova proposta de concretização da jurisdição executiva”. In: *Execução Civil: estudos em homenagem ao Professor Humberto Theodoro Jr.* RT, São Paulo, 2007, p. 472.

\* Juiz Federal Substituto da 1ª Vara/PI.

eficácia — que se consubstanciou na assim chamada penhora *on line*, em alusão ao fato de que se dá no ambiente virtual da *internet* quase imediatamente após o comando da autoridade judiciária.

A assim chamada penhora *on line* não se limita a apreender certo bem do devedor e deixá-lo à disposição do credor, como nas clássicas penhoras de bens. Na verdade, prepondera na ordem de penhora *on line* o propósito de identificação de bens do devedor. Nesse sentido, a pesquisa dos bens (assunto que, como regra, precede a penhora e fica normalmente a cargo, em primeiro lugar, do credor, e só depois do Juízo) é imensamente facilitada pelo fato de o Bacen centralizar todas as informações relacionadas ao sistema financeiro nacional. Em semelhante situação, a pesquisa de bens passa a ser teoricamente infalível, e é esse sítio que é estabelecido em torno de determinado tipo de operação do devedor que desperta em alguns o sentimento de que a penhora *on line* vai além de um simples procedimento executivo para atingir a própria liberdade e privacidade do devedor.

Uma vez identificado o numerário em nome do devedor, ele é imediatamente apreendido e colocado à disposição do Juízo. Aqui reside o espírito da chamada penhora *on line*. É mais um procedimento de rastreamento e indisponibilidade de bens (aproximando-se de uma finalidade cautelar semelhante à do arresto do CPC e a do seqüestro de bens do Processo Penal. Ver Lei 9.613/1998 – Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro, art. 4º), que justifica sua alcunha de bloqueio *on line*. O Estado assume a função de varejar bens do devedor. Daí que a indisponibilidade decorrente do bloqueio *on line* (expressão mais ampla que penhora *on line*, como se verá adiante) pode ser usada também como medida coercitiva (por exemplo, para tornar indisponível certo numerário do devedor até que ele cumpra obrigação de fazer).

A novidade representada pela penhora *on line* não está tanto em implicar a apreensão de dinheiro em mãos de terceiro (isso já havia há muito; ver, por exemplo, o que dizia o nosso CPC de 1939, em seu art. 937: “Para que a penhora recaia em dinheiro existente em mão de terceiro, notificar-se-á este para que não pague ao executado”.); nem a tecnologia inovou pelo simples fato de se mandar ao Banco Central uma comunicação eletrônica ao invés de um ofício em papel. A novidade foi antes fática que jurídica, e consistiu na *transparên-*

*cia da vida financeira privada* que se deu a partir da progressiva substituição do dinheiro pelas transações bancárias. Já não é possível dissimular facilmente o itinerário do dinheiro, nem a condição financeira pessoal. A penhora *on line* é uma conseqüência natural do progresso fantástico no gerenciamento de informações que a tecnologia permitiu (*ex facto oritur jus*), como o são também as medidas administrativas e criminais de repressão às ilicitudes praticadas no ambiente financeiro, a tributação das operações bancárias, as restrições creditícias impostas a consumidores inadimplentes, e tantas outras medidas jurídicas que tomam por base o conhecimento a respeito da movimentação financeira dos particulares — chegou-se já a dizer que a realidade virtual instaurada pela tecnologia está por transformar o dinheiro apenas em uma informação<sup>2</sup>.

E não é possível desvencilhar-se disso: por um lado, a vida moderna impõe a utilização das instituições financeiras como depositárias dos valores em dinheiro, quer por razões de segurança individual, quer pela praticidade e pela atualização monetária, quer, enfim, pelo sem-número de outros inconvenientes que a guarda de dinheiro em espécie traz para seu proprietário; por outro, ao usar o sistema bancário, o titular do dinheiro expõe-se a ter sua vida financeira conhecida nos menores detalhes. E assim se fecha o círculo que leva necessariamente à *transparência da vida financeira privada*, e esta, por sua vez, produz uma série de conseqüências jurídicas importantes, sendo a penhora *on line* apenas uma delas.

### 3. Transparência e direito à intimidade ou à privacidade

Pelo visto, não eram completamente despropositadas aquelas preocupações e reservas que a jurisprudência apresentou quando começaram a surgir os primeiros casos de penhora eletrônica, exigindo que antes se esgotassem os meios executivos tradicionais para só depois admitir que se lançasse mão da penhora *on line*. Temia-se que a banalização desse tipo de ordem pudesse representar um abalo ao sistema financeiro; acreditava-se também que a penhora *on line*, por ser uma medida com forte cunho intervencionista, punha

<sup>2</sup> LÉVY, Pierre. *O que é virtual?*, trad. Paulo Neves, 1ª ed. 6ª reimp., Ed. 34, São Paulo, 2003, p. 53.

em xeque o *direito à intimidade*, consubstanciado no *sigilo bancário*.

Percebeu-se depois que não se tratava de uma agressão à intimidade, mas sim de uma nova concepção de intimidade, bem mais restrita que aquela que se conhecia antes do advento da realidade virtual — agora a intimidade tem que se compatibilizar com os valores da sociedade da hiperinformação. A esfera íntima, hoje, restringe-se aquelas condutas que não trazem influência sobre as vidas das demais pessoas, embora possam ser por estas influenciadas<sup>3</sup>. E está claro que o devedor inadimplente influencia outras pessoas com sua conduta — sem dúvida, pelo menos seu credor é diretamente influenciado —, por isso é injustificável a alegação de intimidade para proteção patrimonial nesse caso.

Outra distinção interessante foi lembrada pela Ministra Carmen Lúcia, do STF, no julgamento do RE 461.366-DF, entre segredos do “ser” e segredos do “ter”. Só os primeiros seriam realmente absolutos, não os demais, que teriam surgido como exacerbação do individualismo. Cogitou-se também, em outro recurso perante o STF (RE 418.416-SC), que os dados bancários seriam absolutamente invioláveis, com base no art. 5º, XII, CF (“é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”), mas o Supremo declarou que a inviolabilidade referida no mencionado dispositivo constitucional restringe-se apenas à comunicação desses dados, que não pode ser interceptada, mas não aos dados em si.

Finalmente, convém notar que nas operações de bloqueio/desbloqueio não se chega a conhecer completamente as transações patrimoniais do executado. Apenas se sabe se ele tem ou não os recursos para serem bloqueados até o valor indicado na ordem. Já a requisição de informações, como se verá adiante, é de duvidosa constitucionalidade quando empregada além de certo limite na execução civil, pois pode implicar o conhecimento completo sobre a vida financeira do executado e revelar até mesmo a existência e o conteúdo de dados caducos.

<sup>3</sup> Ver: LORENZETTI, Ricardo Luis. *Fundamentos do direito privado*, RT, São Paulo, 1998, p. 492.

## 4. Tipificação legal da penhora *on line*

A penhora *on line* na Justiça Federal começou em 2001, timidamente, sem regulamentação legal, e acabou por consagrar-se legislativamente, primeiro no âmbito fiscal (CTN, art. 185-A, na redação dada pela LC 118/2005), depois se generalizando para a execução civil comum (CPC, art. 655-A, na redação dada pela Lei 11.382/2006)<sup>4</sup>. Antes da consagração legislativa, entendia-se que a penhora *on line*, sendo apenas uma forma diferente de apreender dinheiro, estava implicitamente autorizada pelo CPC (art. 655, I)<sup>5</sup>.

A norma do Art. 185-A do CTN está expressa nos seguintes termos:

Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. Incluído pela Lcp 118, de 2005)

§ 1º A indisponibilidade de que trata o *caput* deste artigo limitar-se-á ao valor total exigível, devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite. (Incluído pela LCP 118, de 2005).

§ 2º Os órgãos e entidades aos quais se fizer a comunicação de que trata o *caput* deste artigo enviarão imediatamente ao juízo a relação discriminada dos bens e direitos cuja indisponibilidade houverem promovido. (Incluído pela LCP 118, de 2005)”

Percebe-se que:

<sup>4</sup> Em artigo sobre o tema (“A gênese da penhora *on line*”. In: *Execução Civil – Estudos em homenagem a Humberto Theodoro Jr.*, RT, São Paulo, 2007, pp. 386-388), a Ministra Fátima Andrighi, do STJ, revela os bastidores da formulação do programa Bacenjud.

<sup>5</sup> Nesse sentido: REINALDO FILHO, Demócrito. A penhora *on line*: a utilização do sistema BacenJud para constrição judicial de contas bancárias e sua legalidade. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n. 1066, 2 jun. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8459>>. Acesso em: 17 mar. 2008

(a) não só a penhora de dinheiro *on line* (*rectius*: indisponibilidade) foi disciplinada pelo art. 185-A-CTN, mas igualmente a decretação de indisponibilidade de quaisquer bens do devedor que sejam cadastrados em algum registro de transferência de bens;

(b) a medida não depende de requerimento do credor (isso, porém, é discutível, e há julgados em contrário<sup>6</sup>);

(c) vê-se também que a norma parece sugerir o caráter *subsidiário* da indisponibilização eletrônica, pois impõe, como premissa para a utilização desse mecanismo, que não tenham sido encontrados bens penhoráveis — o STJ tem decidido que só se pode lançar mão do bloqueio *on line* previsto no art. 185-A do CTN após esgotadas as medidas de pesquisa de bens (por exemplo: AgRg no REsp 879487 / RS);

(d) finalmente, outra observação importante a respeito do art. 185-A do CTN é que a comunicação por meio eletrônico é preferencial, não obrigatória.

Já norma que disciplina a penhora eletrônica na execução civil comum (art. 655-A, CPC, na redação dada pela Lei 11.382/2006), aplicável tanto à execução de título extrajudicial como à de título judicial (por força do art. 475-R, CPC) possui algumas diferenças, e assim reza:

Art. 655-A. Para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, o juiz, a requerimento do exeqüente, requisitará à autoridade supervisora do sistema bancário, preferencialmente por meio eletrônico, informações sobre a existência de ativos em nome do executado, podendo no mesmo ato determinar sua indisponibilidade, até o valor indicado na execução. (Incluído pela Lei 11.382, de 2006).

§ 1º As informações limitar-se-ão à existência ou não de depósito ou aplicação até o valor indicado na execução. (Incluído pela Lei 11.382, de 2006).

§ 2º Compete ao executado comprovar que as quantias depositadas em conta corrente referem-se à hipótese do inciso IV do *caput* do art. 649 desta Lei ou que estão revestidas de outra forma de impenhorabilidade. (Incluído pela Lei 11.382, de 2006).

§ 3º Na penhora de percentual do faturamento da empresa executada, será nomeado depositário, com a atribuição de submeter à aprovação

judicial a forma de efetivação da constrição, bem como de prestar contas mensalmente, entregando ao exeqüente as quantias recebidas, a fim de serem imputadas no pagamento da dívida. (Incluído pela Lei 11.382, de 2006).

Ou seja:

(a) Foi a penhora *on line* tratada com penhora de dinheiro, embora seja, na verdade, uma penhora de crédito, por isso que foi colocada em primeiro lugar na ordem de preferência, se bem que essa ordem seja flexível, como expressamente diz o art. 655, *caput*, do CPC<sup>7</sup> — A penhora *on line* realmente mais se aproxima de uma penhora de crédito que de uma penhora de dinheiro. O Banco depositário recebe ordem para não entregar o valor ao seu credor-depositante (compare-se o art. 655-A, *caput*, com o art. 671, I) e passa, por força da penhora, a ser depositário judicial (veja-se o que dizia o art. 937 do CPC de 1939: “Para que a penhora recaia em dinheiro existente em mão de terceiro, notificar-se-á este para que não pague ao executado”). Em Portugal, a penhora de depósitos bancários é expressamente tratada como penhora de crédito<sup>8</sup>—;

(b) depende de requerimento do exeqüente — o requerimento genérico de cumprimento da sentença, em caso de título judicial, ou a simples propositura da ação de execução, no caso de título extrajudicial, não são suficientes para a determinação de uma penhora *on line*; é preciso requerimento específico, como se vê no art. 655-A; claro que isso, em certos casos práticos, pode ser superado por força de princípios maiores, especialmente quando o bloqueio não funciona como penhora, mas sim como medida assecuratória do cumprimento de decisão judicial —;

(c) pode o provimento judicial consistir em simples requisição de informações sobre ativos financeiros em nome do executado ou em decretação de indisponibilidade imediata, mas as informações limitar-se-ão à existência ou não de depósito ou aplicação até o valor indicado na execução (art. 655-A, §1º) — sobre a requisição de outras informações em execução civil (extratos, saldos, movimentações passadas), como já

<sup>7</sup> Ver THEODORO JR, Humberto. *A reforma da execução de título extrajudicial*. Forense, 2007, p. 69.

<sup>8</sup> Ver FERREIRA, Fernando Amâncio. *Curso de processo de execução*, 2ª Ed., Almedina, 2000, p. 181.

<sup>6</sup> Ver: <http://conjur.estadao.com.br/static/text/64924,1>



referido acima, é duvidosa a constitucionalidade (n. 3, *supra*) —;

(d) eventual impenhorabilidade dos valores retidos deve ser alegada e comprovada pelo executado — como o prazo para os embargos à execução não têm mais qualquer pertinência com a penhora (ver arts. 736 e 738), deve-se entender que a alegação de impenhorabilidade na execução por título extrajudicial pode dar-se por meio de petição simples, sem necessidade de observância de prazo; já o prazo para a Impugnação ao Cumprimento de Sentença — ICS somente se inicia após a intimação da penhora (art. 475-J, §1º), por isso a impenhorabilidade deve ser sustentada na própria ICS (art. 475-L, III), em caso de execução de título judicial. A propósito, a intimação da penhora *on line* não apresenta qualquer particularidade e deve dar-se pelos meios regularmente previstos na legislação (Art. 475-J, §1º: (1º) — por publicação, na pessoa do advogado do executado; (2º) na pessoa do representante legal ou pessoalmente, por mandado ou pelo correio, conforme o caso). Como já há autorização legal para que as intimações sejam praticadas também por meios eletrônicos (CPC, art. 154, §2º; art. 237, parágrafo único), é claro que se o Juízo no qual é processada a execução já usa regularmente a intimação eletrônica, não é ilegítimo praticá-la também quanto à intimação da penhora *on line*.

Discute-se se o juiz está obrigado a decretar a penhora *on line* e a se cadastrar no sistema Bacenjud. Há julgados do TJRS dando conta de que o juiz não está obrigado a cadastrar-se no Bacenjud, mas se a parte pedir a penhora de depósitos bancários ele deve necessariamente oficiar ao Bacen, ainda que por meio de ofício em papel, para que sejam adotadas as providências apropriadas à efetivação da penhora dos créditos bancários (ver processo 70020060141 do TJRS). Porém, o Conselho Nacional de Justiça — CNJ determinou, recentemente, que todos os magistrados devem se cadastrar no Sistema BacenJud. Essa decisão é resultado do julgamento do Pedido de Providências de 200710000015818. O relator, conselheiro Felipe Locke Cavalcanti, estipulou prazo de 60 dias para que os tribunais “informem o teor desta decisão e determinem aos magistrados o cumprimento do cadastramento no Sistema Bacen Jud”. Em seu voto, o relator justifica que a “penhora *online* é um instrumento que não pode ser desconsiderado pelo magistrado e decorre do inegável avanço tecnológico que traz maior celeridade e efetividade ao processo de execução”. Defende, também, que essa ferramenta de penhora aumenta o “prestígio

e a confiabilidade das decisões judiciais”. O relator argumentou, ainda, que o Sistema Bacen Jud agiliza a obtenção “dos fins da execução fiscal”, porque possibilita “ao juiz ter acesso à existência de dados do devedor, viabilizando a constrição patrimonial do art. 11 da Lei 6.830/1980”.

É discutível que uma decisão administrativa, como o é a do CNJ, possa impor a adoção de certa providência jurisdicional e, de resto, o debate a esse respeito parece infrutífero, pois não há dúvida de que a resistência à utilização da penhora *on line* representa posição que tende naturalmente a ser superada, por simples anacronismo, mesmo sem obrigação legal expressa.

#### 4.1. Averbação de penhora de imóvel e de certidão comprobatória do ajuizamento de execução

A averbação de penhora de imóvel também pode se valer de mecanismo semelhante ao da penhora *on line*, quando houver condições técnicas de se fazer isso, conforme autorização do art. 659, §6º. Assim como também o pode a averbação da certidão comprobatória do ajuizamento da execução, a que alude o art. 615-A do CPC, embora neste caso sem participação do Judiciário.

A tendência natural é que sempre que se forme um banco de dados público, consistente e suficientemente amplo sobre o patrimônio privado, ele acabe sendo apropriado para fins de execução civil.

### 5. Operacionalização (Bacenjud 2.0)

A operacionalização da penhora *on line* dá-se atualmente por meio do sistema Bacenjud 2.0 (Fase II, etapa 1), que é utilizado no relacionamento entre o Judiciário e o Banco Central. Tal sistema permite várias ações, não só a penhora *on line*. São elas:

- a) requisição de informações;
- b) bloqueio e desbloqueio de valores;
- c) transferência de valores bloqueados para contas de depósito judicial;
- d) reiteração de ordens de bloqueio<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Há ainda uma ação chamada de “cancelamento”, destinada a tornar sem efeito as ordens judiciais não respondidas pelas instituições

## 5.1 requisição de informações

Diz o Manual Básico do Bacenjud 2.0 que “as requisições de informações encaminhadas pelo Bacenjud 2.0 são destinadas à obtenção das relações de agências e contas em nome de envolvidos em processos judiciais, de extratos e dados de saldos ou endereços. A pesquisa pode, inclusive, abranger relacionamentos encerrados”. As requisições de extratos podem retroagir até 01/01/2001 e, a partir de 01/01/2011, alcançam os últimos dez anos de relacionamento bancário do titular de conta.

Vê-se que a função “requisição de informações” no Bacenjud vai muito além daquela que é permitida pela regra do art. 655-A, §1º, do CPC, a qual deve se restringir à existência ou não de depósito ou aplicação até o valor indicado na execução. E não poderia o CPC regular a matéria de outro modo, pois só lei complementar pode dispor sobre os mecanismos de quebra de sigilo bancário (CF, art. 192, na redação dada pela EC 40/2003), e a LC 105/2001, que atualmente disciplina o assunto, não deixa claro ser possível o afastamento do sigilo em execução civil (ver art. 1º, §4º c/c art. 3º, LC 105/2001); ao contrário, parece sugerir que a quebra de sigilo somente é possível, por ordem judicial, em caso de investigação criminal ou de inquérito administrativo destinado a apurar responsabilidade de servidor público por infração praticada no exercício de suas atribuições (LC 105/2001, art. 3º, §1º).

Essa operação do Bacenjud, portanto, deveria ter dois níveis de acesso: a) o primeiro, restrito às ações criminais e às ações cíveis que versem sobre processos disciplinares contra servidores públicos, conforme recomenda a LC 105/2001, ou às ações cíveis que visam precisamente a obter as informações cadastrais de alguém, como, por exemplo, o *habeas data*, no qual o usuário teria acesso a todas as informações disponibilizadas pelo Bacenjud; b) o segundo, próprio para as execuções civis, seria restrito à informação sobre a existência ou não de depósito ou aplicação até o valor indicado na execução. Admitir que se possa, em execução civil, ter acesso a extratos, contas encerradas, relação de agências, endereços do executado, significa ampliar as hipóteses de quebra de sigilo bancário para

financeiras. Sua pequena importância prática para o processo judicial justifica que seja desprezada nesta exposição.

além daquelas estipuladas na legislação complementar específica, o que é claramente inconstitucional.

## 5.2 bloqueio/desbloqueio

O bloqueio/desbloqueio de valores é a operação que desempenha, entre outras, as funções de efetivação e levantamento da penhora *on line*. O bloqueio *on line*, na verdade, é mais amplo que a penhora *on line*, que é apenas uma de suas aplicações. Pode-se bloquear com vários objetivos (entre os quais a penhora): arresto, medida cautelar criminal, *astreinte*, etc. Com a expedição da ordem de bloqueio, ocorre a indisponibilização, até o limite nela indicado, dos valores constantes em contas-correntes, de investimentos, poupanças, depósitos a prazo e aplicações financeiras do executado (art. 8º do Regulamento anexo ao Convênio Bacen/STJ/CJF-2005). Tão logo receba essa informação, deve o juiz determinar que a Secretaria formalize a penhora nos autos, o que me parece pode ser feito simplesmente com a juntada da página impressa do bloqueio efetivado. Naturalmente, a decretação de indisponibilidade de bens em ação criminal ou de improbidade administrativa pode valer-se desse mecanismo para se efetivar. Também é viável a utilização do bloqueio para efeito de cobrança imediata de multa (*astreinte*), de modo a fazer cumprir obrigação de fazer ou não fazer<sup>10</sup>. Em tese, o seqüestro de valores em caso de quebra da ordem cronológica de precatórios (art. 100, §2º, da CF), bem como em caso de Requisição de Pequeno Valor – RPV não paga no prazo legal (art. 17, §2º, da Lei 10.259/2001), igualmente podem se beneficiar do instituto sob referência. Mas há de se reconhecer a raridade dessas duas últimas situações.

## 5.3 transferência

A transferência dos valores visa a integrar a apreensão, que nesse caso é apenas simbólica, ao ato que lhe é imediatamente conseqüente, ou seja, o depósito, e com isso tornar completa a penhora do crédito. Além disso, vale ressaltar que enquanto o juízo não determi-

<sup>10</sup> Nesse sentido: MARINONI, Luiz Guilherme. A multa e a penhora *on line* como formas de efetivar a antecipação de soma em dinheiro. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 9, n. 646, 15 abr. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6519>>. Acesso em: 16 mar. 2008.

nar o desbloqueio ou a transferência, os valores bloqueados em conta-corrente ou de investimento não serão remunerados (art. 10, §3º, Regulamento Bacenjud 2.0).

## 5.4 reiteração

Finalmente, a reiteração da ordem de bloqueio é uma operação que permite ao juiz manter vigente a ordem de penhora, mediante sucessivas expedições. As ordens de bloqueio atingem o saldo credor inicial, livre e disponível, apurado no dia útil seguinte ao que o arquivo for disponibilizado às instituições financeiras, sem considerar, nos depósitos à vista, quaisquer limites de crédito (cheque especial, crédito rotativo, conta garantida, etc.), conforme art. 9º, §1º, do Regulamento Bacenjud 2.0. Ora, é possível que não haja saldo nessa ocasião, mas venha a existir depois — daí a conveniência da reiteração. Não há limite legal às reiterações, por isso que teoricamente o juiz pode reiterar a ordem quantas vezes achar necessário. Não é difícil ver que essa reiteração, além de tornar mais provável a efetivação da penhora, funciona como uma espécie de pressão psicológica sobre o devedor, que se vê praticamente no dilema de ou abandonar o uso do sistema financeiro ou ter algum dinheiro bloqueado.

## 6. Questões incidentes e atipicidade legal

A norma do art. 655-A do CPC, como a do art. 185-A do CTN, deixa em aberto uma série de questões que podem surgir por ocasião da efetivação da penhora: excesso de penhora, penhora de conta-conjunta, penhora de dinheiro de terceiro que esteja na conta do executado, penhora de valores já penhorados, etc. Tudo isso deverá ser resolvido no caso concreto pelo magistrado, segundo os princípios que regem a penhora física. Às vezes, porém, o Regulamento do Bacenjud avançou e conferiu às próprias instituições financeiras certas capacidades decisórias que, na verdade, em caso de impugnação de algum interessado, podem ser revistas pelo juiz. Por exemplo, o art. 9º, §4º, do Regulamento do Bacenjud, diz que caberá à instituição financeira definir em qual conta ou aplicação financeira recairá o bloqueio de valor quando o executado possuir saldo suficiente para atender a ordem em duas ou mais contas ou aplicações financeiras. Está claro que essa decisão da instituição financeira pode ser revista pelo juiz, a requerimento de executado, para atender ao princípio

da menor onerosidade possível ao devedor (art. 620, CPC).

Ressalte-se também que a circunstância de a penhora *on line*, ao contrário das penhoras clássicas, ser feita praticamente sem a participação de serventário da Justiça — o Bacen e secundariamente as instituições financeiras em geral é que assumem a função de destinatários das ordens judiciais — faz com que essas instituições passem a ser “partícipes do processo” (CPC, art. 14), e, por isso, assumam graves responsabilidades processuais, que devem ser fiscalizadas pelo juiz.

## 7. Conclusões

Alvim Toffler disse que o poder pode vir em três pacotes: músculos, dinheiro e conhecimento. Cada onda que a Humanidade viveu ou vive baseia-se em algum desses pacotes. Quando, há 10 mil anos, deixou de ser nômade e se fixou na terra, precisou de músculos para cultivá-la; quando, há uns trezentos anos, começou o processo de industrialização, precisou de dinheiro, para reunir músculos em larga escala; quando, finalmente, a partir da década de 50 do século passado, descobriu a eletrônica e sua formidável capacidade de armazenamento, transporte e compartilhamento das informações, centrou a riqueza no conhecimento. A nova economia, que “já não assenta nos músculos, mas no cérebro”, é “intangível, mas manipulável”, comporta a “interação de conhecimentos sob regras contextuais diferentes”, suprime as distâncias, passa pela “compressão dos dados” e pela “partilha”.

A penhora *on line* é apenas o começo da inexorável migração que a Justiça terá que necessariamente fazer rumo à sociedade da informação.